

Agenda da ONU no Século XXI: Gestão de Riscos e Desafios Anunciados

Luís Almeida da Rocha

Desempenha atualmente funções de docente na Academia da Força Aérea na área do Contexto Nacional e Internacional. Mestre em Relações Internacionais e licenciado em Ciência Política teve inúmeras participações em grupos de trabalho de Intelligence no contexto Nacional e Internacional. É detentor do Curso de Auditores da Defesa Nacional.

Resumo

Após o fim da Guerra Fria, e em paralelo com a Globalização, emergiram vários desafios e riscos de carácter transnacional de âmbito político, económico, social e de segurança, que passaram a dominar parte da agenda internacional. A ONU teve o mérito de promover iniciativas para sensibilizar a Comunidade Internacional, Chefes de Estado e de Governo, no sentido de se atingirem metas mais compatíveis com os direitos e a dignidade humanos, como instrumento de garantia necessária para a manutenção da paz e segurança internacionais.

A avaliação das expectativas da Cimeira do Milénio, nomeadamente ao nível da conflitualidade, em particular no Continente africano, a instabilidade generalizada, o desenvolvimento humano, a pobreza multidimensional e o retrocesso nas várias liberdades, permitem identificar a necessidade de uma intervenção inovadora por parte da Comunidade Internacional por forma a reduzir drasticamente os indicadores ao longo do século XXI.

Portugal, ao honrar a sua tradição humanista na ordem internacional, e após ter sido membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU, pode contribuir de forma decisiva para a promoção da paz e da segurança internacionais, ao colocar na agenda internacional a defesa dos Direitos da Vida Humana nas suas múltiplas dimensões, o que certamente contribuirá para a consolidação do seu espaço de afirmação internacional e para o justo respeito e reconhecimento da Comunidade Internacional.

Abstract

The Agenda of the United Nations: Risk Management and Announced Challenges

After the end of the Cold War and in parallel with the globalization, several transnational security challenges and risks emerged, which have come to dominate the international agenda. The UN had the merit of promoting initiatives to sensitize the international community, Heads of State and Government, in order to achieve goals more compatible with the human rights and dignity, as an instrument of security required for the maintenance of international peace and security.

The evaluation of the expectations of the Millennium Summit, particularly in terms of conflict, specially in Africa, the widespread instability, human development, poverty and multidimensional regression in various freedoms, provides an opportunity to identify the need for an innovative intervention by the Community International in order to drastically reduce the indicators along the XXI century.

Portugal, honoring humanitarian tradition in the international order, and as non-permanent member of UN's Security Council, can contribute decisively to the promotion of peace and international security, by putting in the international agenda the defense of Human Rights in its multiple dimensions, which will certainly contribute to the consolidation of this area of international affirmation and a proper respect and recognition from the international community.

Enquadramento Histórico

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem como principal propósito a manutenção da paz e segurança internacionais, mediante a utilização de meios pacíficos e em conformidade com os princípios de justiça e do Direito Internacional. Centra-se numa perspetiva de respeito pela soberania entre todos os Estados e numa cooperação para a resolução das questões internacionais de matriz política, económica, social, cultural e humanitária, onde a promoção pelos Direitos Humanos e pelas liberdades fundamentais constituem bases modeladoras para o relacionamento internacional.

Ainda que a Carta das Nações Unidas constitua um documento normativo desde a sua aprovação em 26 de junho de 1945, inúmeros e complexos fatores têm concorrido e limitado para se atingir em pleno os fundamentos originários da Organização. O fim da designada Guerra Fria constituiu um ponto de viragem na agenda internacional e proporcionou que inúmeras questões sejam constantemente equacionadas. Entre elas, interrogações que emergiram do desanuiamento da situação internacional e que suscitaram novos conflitos regionais para os quais a Comunidade Internacional ainda hoje não conseguiu granjear consensos sobre a conceção estratégica alicerçada numa política para a resolução dos mesmos. Ao existir uma mudança significativa em torno de políticas estratégicas por parte dos Estados e Organizações, no meio e modelo em que desenvolve, com um mundo efetivamente diferente, a ONU mantém a sua matriz original. Mas não tem sido possível obter consensos sobre políticas e metodologias a adequar aos novos tempos consubstanciadas em novas ameaças, riscos e desafios, ao manter esta uma estrutura fulcral originária do fim da segunda Guerra Mundial.

Nesta nova envolvente de complexidade crescente, motivada por fatores inter-relacionados, nomeadamente, a complexidade, significado e forma do fenómeno crescente da globalização, a crise emergente de valores, o desencontro de culturas resultante de fatores religiosos, étnicos e políticos, a emergência e a crise do novo modelo de capitalismo global, a situação internacional assume contornos que justificam a adoção de medidas e mecanismos da Comunidade Internacional, de forma a responder em pleno aos desafios, riscos e vulnerabilidades já existentes, que poderão agravar as degradadas condições de vida com que populações são confrontadas numa época agudizada face aos contornos de uma globalização.

Certamente que estava longe das perspetivas dos mais pessimistas que, após a queda do mundo de Berlim, em simultâneo com o fim da ex-URSS, a mutação nos vários blocos/zonas de influência originasse um clima de conflitualidade praticamente em todos os Continentes, originando riscos, desafios e vulnerabilidades

globais. Após esse período, assiste-se a uma desagregação motivada por fatores políticos, sociais, económicos, étnicos e religiosos, originando novas tensões, culminando com novos desafios e reflexões à construção da segurança internacional, face à passividade ou incapacidade relativa por parte da Comunidade Internacional para colocar fim, ou em alternativa, acionar mecanismos em torno de uma política comum eficaz face aos desafios, que assumem claramente um caráter transnacional.

Desafios e Riscos Identificados

As Nações Unidas contribuíram de modo diverso para evidenciar os desafios que a Comunidade Internacional enfrenta no decorrer do século XXI. Na análise do desempenho da ONU, realçam-se três momentos marcantes:

- A Cimeira do Milénio ocorrida em 2000;
- A entrevista concedida em 1999 pelo Secretário-Geral da ONU na altura, Kofi Annan;
- A avaliação efetuada pelo Grupo de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança sob o patrocínio da ONU.

A Cimeira do Milénio realizou-se entre 6 a 8 de setembro de 2000 com a presença de mais de 147 Chefes de Estado e de Governo e de 191 países com um objetivo de modelar uma nova era da Organização das Nações Unidas. Independentemente de alguns objetivos no plano organizacional continuarem adiados, a Cimeira teve o condão de fixar objetivos a atingir em 2015, no plano económico, social e médico-sanitário.

Num outro registo, ocorrido em dezembro de 1999, 14 altas personalidades, teceram considerações marcantes sobre as perspetivas de segurança para o século XXI, com a finalidade de identificarem o espectro de desafios e riscos que se opunha à Comunidade Internacional, numa perspetiva de manutenção da segurança internacional. Kofi Annan, evidenciou a necessidade de centralizar a agenda internacional em questões como os Direitos Humanos, o respeito pela soberania dos Estados, as crises Humanitárias e a Globalização, pelos impactos que poderiam ocorrer mediante a sua evolução, onde imperavam certezas e riscos, espaço de oportunidades e vulnerabilidades.

Para a Comunidade Internacional responder adequadamente aos novos desafios para o século XXI, um novo acordo político ao nível do reforço do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSONU), a defesa inequívoca dos Direitos Humanos e das Liberdades consagradas na Carta das Nações Unidas, a defesa de valores fundamentais como a democracia, pluralismo e o Estado de Direito, a atuação eficaz na erradicação da pobreza, doença e da fome, constituíam objetivos que deveriam conduzir a ação política dos Estados de forma unilateral ou multilateral.

Num outro espaço temporal, e perante a Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2003, o Secretário-Geral das Nações Unidas da altura, Kofi Annan, alertou para a incapacidade da ONU perante o desafio de enfrentar com êxito as novas ameaças e desafios, fundamentada pelo agravamento das divergências entre os Estados e à política unilateral adotada. É neste contexto que decide criar o Grupo de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança, ao identificar ameaças novas com um caráter dinâmico, que não se poderiam prever quando a ONU foi fundada e suscitar outro tipo de políticas necessárias para vigorar no século XXI.

O relatório efetuado pelo Grupo de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança identifica seis tipos de ameaças, que devem merecer a melhor atenção por parte da Comunidade internacional nas próximas décadas (UNRIC: 2004):

- A guerra entre Estados;
- A violência no interior dos Estados (guerras civis, violações maciças dos direitos humanos, genocídios, etc.);
- A pobreza, as doenças infecciosas e a degradação do ambiente;
- As armas nucleares, biológicas, químicas e radiológicas;
- O terrorismo;
- O crime transnacional organizado.

Na base do argumento sobre as possibilidades e opções futuras relativamente às teorias e práticas da segurança está a crença de que, nas últimas décadas, ocorreu uma mudança radical nas questões mundiais. A segurança pode ser definida como o ambiente de tranquilidade que se pretende alcançar ou manter, propício ao normal funcionamento das Instituições (Sachetti, 1995). A ameaça entende-se como “qualquer acontecimento ou ação, em curso ou previsível, que contrarie a consecução de um objetivo e que, normalmente, é causadora de danos materiais ou morais. As ameaças poderão surgir da mais variada natureza (militar, económica, subversiva, ecológica, etc.)” (Couto, 1998).

Em época plenamente caracterizada por uma globalização, o conceito de segurança assume contornos decisivos para o desenvolvimento sustentável, consubstanciado por políticas económicas e sociais desejáveis. Neste particular, o conceito de segurança constitui uma palavra-chave nos dias de hoje. Nunca, em circunstância alguma, se vulgarizou como hoje este termo, sendo agora o seu significado universalmente entendido. A globalização da segurança constitui uma política prioritária dos Estados mediante a aplicação de políticas, quer ao nível individual, quer coletivo ou como parte integrante de Organizações.

O seu significado tem-se alterado profundamente nos últimos anos, sendo difícil de perspetivar onde termina o seu conceito – sobretudo se atendermos a que a segurança humana, económica, financeira, ambiental, alimentar, energética, recursos e de investimentos assumiram uma valência disputada e fundamental por parte dos objetivos políticos e estratégicos de Estados e Organizações.

Ao nível dos desafios e riscos, o World Economic Forum (WEF) menciona por dimensões – geopolítica, económica, ambiental, tecnológica e de sociedade – e identifica 50 indicadores de riscos e desafios transnacionais, numa perspetiva correlacionada entre eles, evidenciando a complexidade dos tempos presentes (2013), e que se descrevem no anexo no final do artigo.

As temáticas relacionadas com a segurança adquiriram um espaço diferente nas relações entre Estados, não se confinando à defesa dos seus limites territoriais. A segurança coletiva tem em vista um sistema global que funcione a favor de todos, que reage contra qualquer agressão considerada injusta e desproporcionada, limitando as suas possibilidades em face do Direito Internacional (Moreira, 1997).

Avaliação

Para a análise foram selecionados alguns fatores identificados por entidades e órgãos em tempo oportuno, que ilustram a complexidade da agenda internacional e a eficácia ou não dos instrumentos políticos de forma a responderem aos desafios do século XXI, contextualizados por uma globalização¹, em que os Estados apenas gerem individualmente parcelas do todo, que se desenvolve em paralelo com a globalização da segurança, com expressão formal na Agenda para a Paz do Secretário-Geral da ONU, Boutros-Ghali e com ênfase para a vertente da segurança, sem a qual não há desenvolvimento económico nem político, e exige a formulação de um instrumento e uma doutrina que legitimem e tornem eficazes as intervenções em nome dos interesses gerais da Humanidade (*Idem*). Os fatores são os seguintes:

- Conflitualidade e a instabilidade generalizada;
- Estados falhados;
- Desenvolvimento humano e pobreza;
- O respeito pelos Direitos Humanos e as liberdades fundamentais.

Têm uma especial atenção ao continente africano em matérias como a consolidação da democracia, a procura de uma paz duradoura, a erradicação da pobreza, e o desenvolvimento sustentável, tal como consagrado na declaração da Cimeira do Milénio.

Os mapas, quadros e gráficos² apresentados resultam da análise entre as diversas

1 O termo globalização constitui um dos fatores determinantes nas relações entre os Estados e Organizações no contexto internacional, sendo hoje bastante disputada a sua conceção e impactos. A globalização atinge aspetos de natureza política, económica, social e de segurança. Os impactos da globalização assumem um carácter diferenciado em função do continente, e são evidenciados pelos níveis políticos e socioeconómicos díspares, em Estados já há muito, extremamente carenciados.

2 Elaborados pelo autor em função dos dados disponibilizados em relatórios pelos seguintes organismos referenciados: ICG, PNUD, HIIK, EIU e *Fund for Peace*.

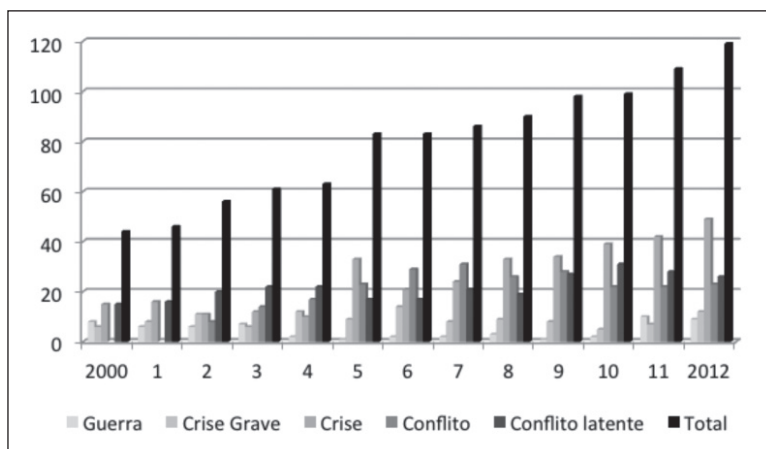
variáveis, quantitativas e qualitativas. Em circunstâncias específicas, os dados foram agregados e recodificados de forma a obter-se uma leitura mais adequada, em função de Estados ou de uma região geográfica no Continente, atendendo a especificidades próprias associadas a um conceito lato de globalização e de transnacional.

Conflitualidade e a Instabilidade Generalizada

Os conflitos e a sua diversidade a nível internacional ilustram as limitações por parte dos Estados e das Organizações, de âmbito universal e regional, na prevenção e resolução de conflitos em situações de enorme instabilidade. Apesar do alívio da ameaça de uma guerra global com características nucleares, a Comunidade Internacional deparou-se com um período longo de proliferação de conflitos com diversos atores em diferentes zonas geográficas do mundo, sendo tal constatável no desenvolvimento histórico das diferentes operações de manutenção da paz das Nações Unidas, nomeadamente as missões *Peacekeeping* (Bildt, 2002), e com a perspectiva de não cessarem.

Como refere Joseph Nye, desde sempre que os atores transacionais têm desempenhado um papel qualitativo. No entanto, a substancial alteração quantitativa evolutiva ocorrida a partir da Segunda Guerra Mundial assinala uma alteração significativa na agenda e no sistema internacional caracterizado por uma interdependência global (2002).

Gráfico 1 – Número de Conflitos no Continente Africano e Respetiva Intensidade, 2000-2012

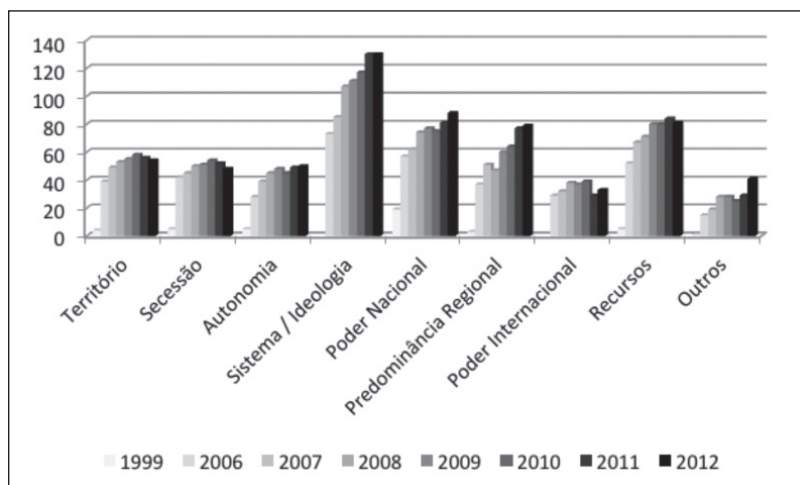


Fonte: Heidelberg Institute for International Conflict Research (2012)

Na análise efetuada tendo em consideração os dados publicados pelo Heidelberg Institute for International Conflict Research (HIIK), constata-se que, entre 2000 e 2012, aumentaram os conflitos, independentemente dos mecanismos exercidos pela Comunidade Internacional. Tendo como referência o ano 2000, bastaram cinco anos que para o número de conflitos tivesse atingido quase o dobro no continente africano e, em 2012, correspondesse a um aumento próximo dos 200%. A dramática teoria dos conflitos representa desta forma mais evidente o efeito da globalização dos problemas, desafios e riscos, que excedem a capacidade de resposta racional dos homens e dos Estados (Moreira, 1999).

Para a análise dos conflitos importa aferir os seus reais fundamentos, fatores associados à emergência de um conflito, onde estão consagradas várias motivações. Destes fatores, realçam-se os dados quantitativos de conflitos associados a disputas em torno do território, do sistema e ideologia, dos recursos e do poder nacional e regional, identificados entre os anos de 1999 e 2012, conforme se constata no gráfico seguinte.

Gráfico 2 – Motivações dos Conflitos a Nível Mundial, 1999-2012



Fonte: Heidelberg Institute for International Conflict Research (2012)

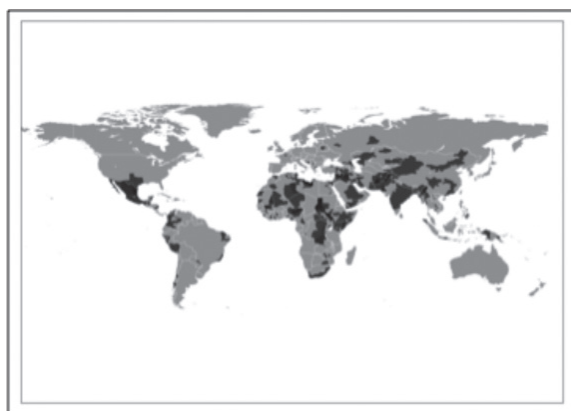
Em plena época caracterizada por uma globalização, a questão poderá ser equacionada em termos do significado do termo poder nacional, regional e internacional nos dias de hoje. De facto, este conceito de poder nacional ilustrado como uma das maiores causas conflituais da década, está mais associado à disputa do poder interno, uma questão de preponderância interna e local, face à tipologia dos conflitos marcadamente identificados como políticos, sociais e religiosos, o que poderá tam-

bém evidenciar as assimetrias resultantes da excelência de integração no processo de globalização.

Efetuada uma análise num período mais recente a nível mundial, constata-se que entre 2006 e 2012 aumentaram os conflitos em função da motivação identificada. Há apenas uma exceção a ocorrer no poder regional entre 2007/2008 e no poder internacional na avaliação referente a 2009. Por outro lado, as três motivações identificadas que correspondem ao maior número de conflitos no mesmo período são, respetivamente, ao nível do Sistema e ideologia, Poder nacional e Recursos com uma forte predominância de conflitos intra Estados.

Os conflitos internos igualmente classificados como intraestatais representam o maior volume de violência, com cerca de dois terços, o que representa cerca de trezentos e catorze, de um total de 396 que ocorreram em 2012 (HIIK, 2013). Efetue-se o realce dos conflitos internos, localizados e delimitados no interior de um espaço territorial do Estado, pela disputa dos espaços de influência e consequentes acessos a bens e matérias-primas, potenciando as enormes fragilidades a nível da segurança em termos de manutenção da estabilidade em toda a extensão do território, matriz típica de um Estado falhado.

Mapa 1 – Conflitos Intraestatais em 2012



Fonte: Heidelberg Institute for International Conflict Research (2012)

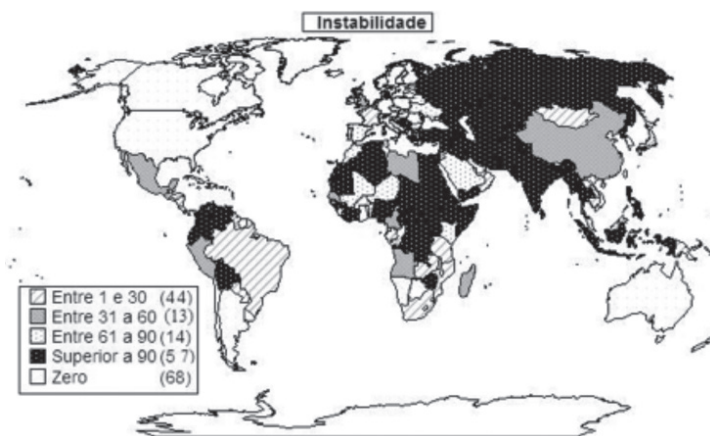
Como referiu Kofi Annan, no âmbito de uma nova política de prevenção de conflitos passava-se de uma cultura de reação para uma cultura de prevenção: identificou então quatro motivações que aumentam a probabilidade do conflito ocorrer, a pobreza, pela possibilidade de os países mais pobres se envolverem em conflitos do que os países ricos, a desigualdade, que pode basear-se em fatores étnicos, religião, identidade nacional ou classe económica e social, que limitam o acesso ao

poder político em condições de igualdade, a regressão económica, em que as políticas de uma economia em retração são mais propensas a conflitos face à ausência de ajustamentos estruturais nas políticas sociais, e a cobiça, face aos recursos naturais limitados, em que a sua exploração efetivamente traduz um poder a várias dimensões protagonizado por indivíduos ou interesses oportunistas em Estados vizinhos (Annan, 2000a).

Tal referência não deixa de corresponder a uma realidade, o facto do esforço ainda assim efetuado pela Comunidade Internacional na prevenção de conflitos não ter obtido os resultados esperados face ao número crescente de conflitos que ocorreram efetivamente na última década, podendo estes fatores identificados como motivadores dos conflitos em 2000 serem revisitados em 2013.

No que respeita à instabilidade Internacional, e numa outra abordagem temporal³, merecem reflexão os resultados da avaliação efetuada pelo International Crisis Group (ICG), organização independente, que apresenta uma caracterização mensal de todos os Estados a nível mundial, onde, em função dos acontecimentos ocorridos, é atribuída uma classificação de instabilidade, com múltiplos domínios que concorrem para a respetiva avaliação, nomeadamente: políticos, económicos, sociais, de segurança e de conflito.

Mapa 2 – Frequência da Instabilidade por País
no Período de Agosto de 2003 a Abril de 2013



Fonte: International Crisis Group

3 Dados publicados mensalmente pelo ICG, referentes ao período de agosto de 2003 a abril de 2013 correspondente a 117 leituras.

Os dados apresentados representam um claro indicador de Estados com questões estruturais por solucionar, enquanto outros, marcados claramente pela instabilidade de um acontecimento mediático ou conjuntural, não invalidam que, em ambas as situações, possam surgir sérias convulsões a nível interno e externo, ou até mesmo em ambas, o que condiciona o seu poder e espaço de afirmação internacional, no mínimo a nível político e económico.

O mapa 2 ilustra a caracterização a nível mundial, por continente, da dimensão das vastas regiões caracterizadas por uma situação de instabilidade no período compreendido entre agosto de 2003 e abril de 2013. E não deixa de ser significativo o facto de, a nível mundial, existirem cerca de setenta e um Estados que se encontram referenciados por uma situação de instabilidade numa unidade de observação igual ou superior a 50%, correspondendo tal a observações referenciadas em pelo menos sessenta meses, ou, num outro quadro, um total de cinquenta e sete Estados numa unidade de observação igual ou superior a 75% da unidade total de tempo de observação.

Em termos de análise por continente, constata-se que em África e na Ásia se situam o maior número de Estados onde a instabilidade é uma constante (n=20, n=22, respetivamente), com observações iguais ou superiores a noventa meses, que representam pelo menos 75% da unidade de tempo de observação. Numa outra ótica temporal, cerca de 26 Estados, no continente asiático e africano, encontram-se referenciados ao nível de “instabilidade”, numa unidade de observação igual ou superior a 50% do tempo em análise, o que não deixa de ser significativo, pelo facto de estarmos perante sensivelmente metade dos Estados dos continentes visados.

Quadro 1 – Número de Estados Referenciados por Instabilidade por Continente, 2003/2013

N.º de Observações com Referências a Instabilidade	N.º de Estados com Referências a Instabilidade agosto 2003 – abril 2013					Total
	África	América	Ásia	Europa	Oceânia	
0	6	19	8	28	7	68
1-30	18	7	8	5	6	44
31-60	5	3	3	2	0	13
61-90	6	0	4	3	1	14
Superior a 90	20	5	22	10	0	57
Total	55	34	45	48	14	196

Contextualização dos Estados Falhados

Algumas Organizações têm colocado na sua agenda a complexidade dos Estados considerados falhados ou em eminência de colapso estrutural. Certo é que a noção de Estado falhado é complexa e, não raras vezes, pode ser confundida com sentimentos em função do curso da História. O direito à autodeterminação expressamente consagrado e reconhecido universalmente não invalida as condições da sua materialização, os seus propósitos e resultados objetivos.

O conceito de “Estado falhado” insere-se numa ótica de incapacidade ou vontade de promover um ambiente propício ao desenvolvimento sustentável e equitativo no crescimento económico, em que a entidade política, ao não garantir adequadamente a segurança aos seus cidadãos, poderá originar que venham a integrar movimentos de perturbação na região, independentemente das motivações (Saraiva, 2001). O estabelecimento e a manutenção legítima e a transparência das instituições políticas são algo desejável, no sentido de garantir às populações a resolução de questões conflituais, o controlo integral do seu território e a satisfação das necessidades básicas das populações.

A referência de Estado falhado é associada a cerca de trinta países considerados em estado de alerta e outras dezenas no limiar ou com enormes dificuldades, face ao tradicional conceito de Estado. Como argumenta Jeffrey Herbst, face às limitações existentes nos Estados falhados, a nível do monopólio do uso da força, na marginalização das suas populações e na incapacidade de manter uma integridade territorial que potenciam o aparecimento de autoridades alternativas, movimentos de autodeterminação e de secessão, os Estados já não devem tomar parte nas soluções em virtude de já não ser detentor de qualquer controlo sobre as suas origens (Sidiropoulos, 2001).

Os dados publicados pelo *The Fund for Peace/Foreign Policy* relativos aos anos anteriores apresentam resultados semelhantes aos de 2012, o que evidencia uma questão essencialmente estrutural e a incapacidade política de efetuar os respetivos ajustamentos em sociedades complexas caracterizadas pela globalização, face às vulnerabilidades políticas, económicas e sociais existentes.

Os Estados falhados representam uma parte significativa das disfunções políticas, económicas e sociais no plano da debilidade institucional com enormes reflexos na credibilidade da sua inserção de pleno direito no sistema internacional (Aguirre, 2006).

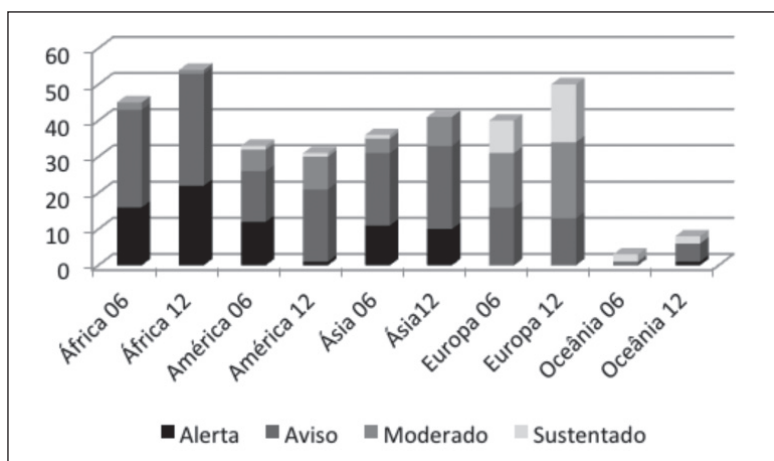
Mapa 3 – Estados Falhados, 2012



Fonte: Fund for Peace (2012)

Mas a contextualização do Estado falhado deve ser analisada igualmente numa perspetiva da evolução verificada entre 2006 e 2012. E apesar de se verificarem evoluções consideráveis no continente asiático e europeu, o esquecimento e a ausência de resultados no continente africano continua a constituir uma matriz comum que a Comunidade Internacional tarda a apresentar soluções.

Gráfico 3 – Evolução da Classificação de Estados Falhados por Continente, 2006-2012



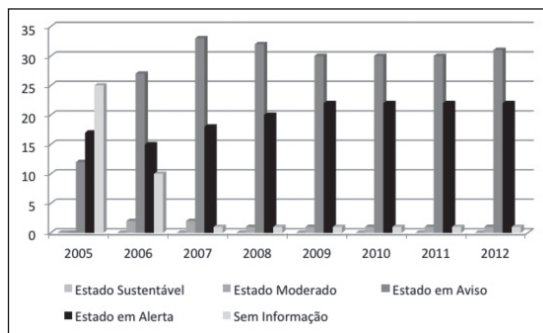
Fonte: Fund for Peace (2012)

A tarefa de garantir a segurança em toda a extensão de um território é decisiva e fundamental, face à questão da sustentabilidade de alguns Estados, por fragmentações de pequenas regiões, ou locais controlados por indivíduos associados à criminalidade organizada. Na última década, foram visíveis vários Estados em colapso, fragmentados em numerosas pequenas regiões, dirigidas por “senhores da guerra”, que se autofinanciam através do narcotráfico e de outras atividades criminosas. Os seus territórios tornaram-se um vasto e seguro refúgio para terroristas e marginais, onde os controlos fronteiriços são inexistentes, quer pela incapacidade a nível central, quer pela dificuldade de acesso ao terreno.

Vive-se numa época de Estados falhados, em colapso, ou mesmo, em desaparecimento face à emergência de novas entidades, em que os padrões de autoridade em que se baseia a legitimidade política vão para além dos limites do Estado: a distribuição de valores investida de autoridade é mais abrangente, em torno de várias instituições de âmbito político, religioso, económico, cultural e social de carácter transnacional, relegando a um segundo plano as estruturas estatais e as fronteiras formais (Dougherty e Pfaltzgraff, 2003).

Com o crescimento do número de Estados em colapso, frágeis e com manifesta incapacidade de exercerem o monopólio da violência organizada no interior do seu território, desenvolvem-se em paralelo múltiplas atividades como o narcotráfico, o terrorismo transnacional, a criminalidade organizada, a emigração ilegal e o tráfico de seres humanos, que se estruturam significativamente numa rede global, com utilização generalizada de violência organizada, tendo em vista o controlo total ou parcial de um território. Neste registo, será complexo manter um quadro de segurança mínimo alargado a vários Estados e regiões (Telo, 2008), como evidenciado nos dados subjacentes à sua definição. A situação no continente africano é particularmente grave se associarmos a outro tipo de carências estruturais.

Gráfico 4 – Evolução da Classificação de Estados Falhados no Continente Africano, 2006-2012



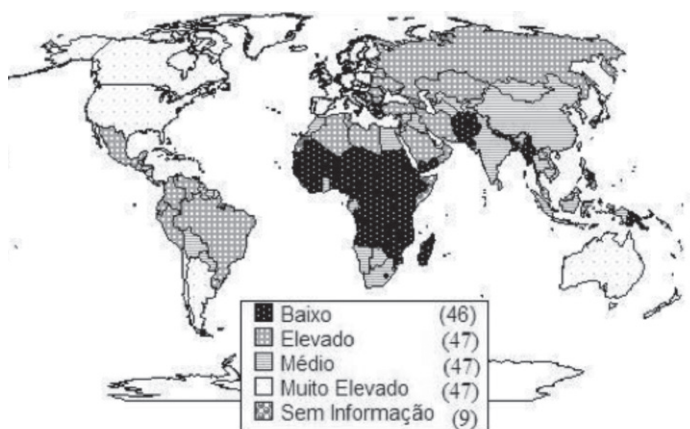
Fonte: Fund for Peace (2012)

Desenvolvimento Humano e Pobreza

O conceito de segurança assume contornos decisivos para o desenvolvimento sustentável consubstanciado por políticas económicas e sociais desejáveis. A evolução do fator económico crescente constitui uma matriz fundamental representativa de todos os instrumentos de poder, ainda que os Estados e Organizações irão ter limitações na utilização do poder económico, por via da dificuldade de controlar os intervenientes do mercado, como pelo dinamismo do mesmo (Nye, 2012).

A globalização da segurança constitui uma prioridade política dos Estados, mediante a aplicação de instrumentos, quer ao nível individual, quer coletivo ou como parte integrante de Organizações. O seu significado tem-se alterado profundamente nos últimos anos, sendo difícil perspetivar onde termina o seu conceito mormente, se atendermos a que a segurança humana, económica, ambiental, alimentar, e energética dos recursos além dos tradicionais, assumiram uma valência disputada e fundamental por parte dos objetivos políticos e estratégicos de Estados e Organizações. E, neste particular, o PNUD tem evidenciado desde há duas décadas os fatores que potenciam ou diminuem a capacidade de um Estado e as suas populações em atingirem níveis de desenvolvimento aceitável, com especial ênfase nos indicadores de pobreza, pobreza multidimensional, literacia e escolaridade e níveis de privação dos serviços básicos.

Mapa 4 – Índice de Desenvolvimento Humano de 2012



Fonte: United Nations

Ao nível de desenvolvimento humano por Continente constata-se uma enorme assimetria, aliás estrutural, que nem a Cimeira do Milénio realizada em 2000, com o compromisso por parte de Chefes de Estado e de Governo, tornou possível atin-

gir determinadas metas em 2015, nomeadamente ao nível da fome e da pobreza extrema.

No Continente africano, registe-se que somente quatro Estados têm um IDH elevado. Com um IDH baixo contabilizam-se 36 Estados, que correspondem a 65% dos Estados do continente.

Quadro 2 – IDH por Continente, 2012

IDH 2011	Continente					Total
	África	América	Ásia	Europa	Oceânia	
IDH Baixo	36	1	6	0	3	46
IDH Médio	12	9	20	1	5	47
IDH Elevado	4	19	9	14	1	47
IDH Muito Elevado	0	5	8	31	2	46
Sem Informação	3	0	2	2	3	10
Total	55	34	45	48	14	196

Fonte: United Nations

Na análise efetuada dos valores entre 2000 e 2012, constata-se que o acréscimo entre os Estados com um IDH é diversificado. Se existem Estados em que a variação é praticamente nula ou sem expressão, outros houve que tiveram um acréscimo de 0,1%, ainda que continuem com um IDH baixo. Sendo certo que todos os Estados melhoraram ao nível do valor do IDH, ainda assim continuam referenciados na mesma categoria de IDH, baixo.

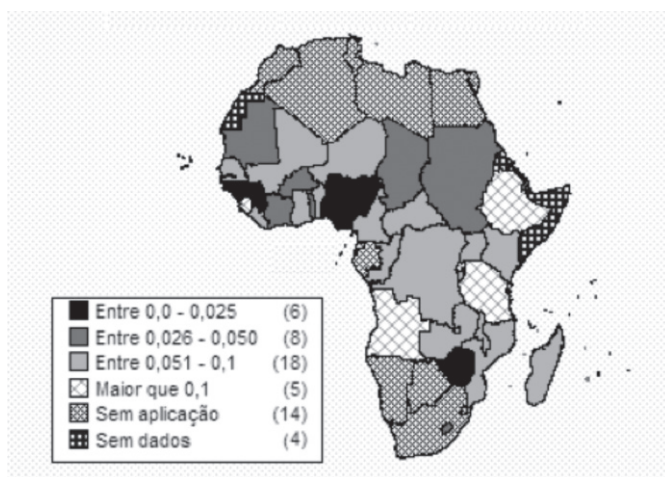
Quadro 3 – Evolução do Valor dos Estados com IDH Baixo no Continente Africano, 2000-2012

Evolução Numérica do IDH 2000-2012	N.º de Estados	Porcentagem de Estados
Entre 0,0 - 0,025	6	10,9
Entre 0,026 - 0,050	8	14,5
Entre 0,051 - 0,1	18	32,7
Maior que 0,1	5	9,1
Sem aplicação	14	25,5
Sem dados	4	7,3
Total	55	100,0

Fonte: United Nations

Em termos de representação, os Estados que obtiveram um acréscimo considerável mas relativo foram os seguintes: Angola, Etiópia, Ruanda, Serra Leoa e Tanzânia. Registe-se no contexto, que os Estados do Norte de África já disfrutavam de um IDH aceitável em 2000.

Mapa 5 – Representação da Evolução dos Estados com IDH Baixo entre 2000-2012



Fonte: United Nations

No quadro seguinte é estabelecida a relação entre a instabilidade e o IDH. Como é perceptível, os Estados com um IDH mais elevado correspondem os Estados com um nível de instabilidade igual a zero. Em sentido inverso, os Estados onde se verificam mais instabilidade corresponde precisamente aos Estados com um IDH baixo.

Quadro 4 – Relação entre o IDH 2012 e o Número de Observações com Referência a Instabilidade

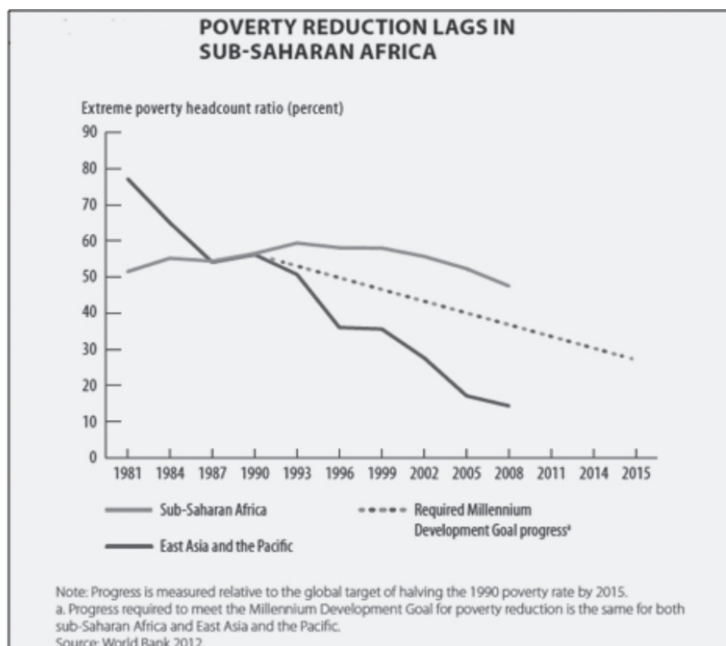
N.º de Observações com Referências a Instabilidade	Índice de Desenvolvimento Humano 2012					Total
	Baixo	Médio	Elevado	Muito Elevado	Sem Informação	
Zero	0	11	15	38	4	68
Entre 1 e 30	15	17	7	4	1	44
Entre 31 a 60	4	4	4	1	0	13
Entre 61 a 90	5	2	5	1	1	14
Superior a 90	22	14	16	2	3	57
Total	46	48	47	46	9	196

Fonte: United Nations

A relação entre o desenvolvimento fica evidenciada pela instabilidade de âmbito político, económico e social. No caso dos países com um IDH muito elevado e em simultâneo com uma instabilidade superior a 90 observações, refere-se a uma situação pontual, como é o caso de Chipre e de Israel, respetivamente motivada por questões relativas às negociações em torno do futuro da Ilha e situação económico-financeira, e das tensões existentes com a Autoridade Palestiniana. Mas não deixa de ser significativo que todos os Estados com ausência de instabilidade tenham no mínimo um IDH médio, e cerca 38 Estados tenham um IDH muito elevado.

No que respeita à pobreza, uma das metas definidas no âmbito da Cimeira do Milénio constata-se que os resultados obtidos são divergentes em função da região geográfica. Na região subsaariana o esforço efetuado pela comunidade tem ficado aquém das expectativas.

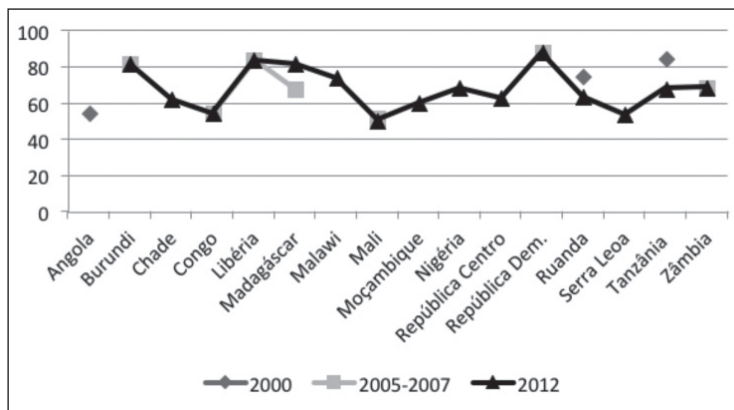
Gráfico 5 – Evolução da Redução da Pobreza Face às Metas Definidas



Fonte: United Nations

O gráfico seguinte ilustra as alterações pouco significativas nos 16 Estados africanos, cuja percentagem populacional superior a 50%, continua a viver menos de 1,25 dólares por dia.

Gráfico 6 – Evolução da percentagem de População que Vive com Menos de 1,25 dólares/ dia



Liberdade Política

Nas duas últimas décadas do século XX, o mundo efetuou um avanço significativo na abertura dos sistemas políticos que resultou a expansão das liberdades políticas. Cerca de 81 países deram passos significativos para democracia e, hoje, cerca de 140 países do mundo, realizam eleições multipartidárias. Mas, à euforia do fim da guerra fria, sucedeu um espaço de uma sombria realidade da política para o século XXI (PNUD, 2002).

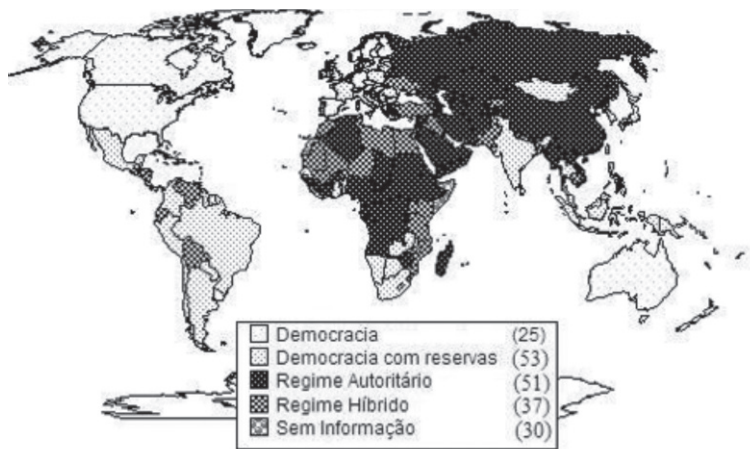
A liberdade política, eleições livres e justas e liberdades civis são condições necessárias para a consolidação da democracia. Para a plena concretização e consolidação de uma democracia, provavelmente não será suficiente se não for acompanhada de transparência e por uma eficiência governamental, participação política suficiente e uma cultura de política democrática. Não é fácil construir uma democracia robusta: mesmo as democracias estabelecidas há muito tempo podem corroer-se perante a ausência de mecanismos de fiscalização e proteção (EIU, 2011:1).

Como refere Amartya Sen, a liberdade democrática constitui um instrumento que deve ser utilizada para reforço da justiça social, tendo em vista assegurar uma prática política mais adequada com a finalidade de um equilíbrio superior ao nível da vida política (2009). O conceito correlaciona-se numa perspetiva global ao nível da *governance*, na articulação prática das relações entre eleitos, eleitores e instituições geradora de condições políticas, económicas, sociais e culturais capazes de assegurarem princípios básicos dos Direitos Humanos.

No que respeita ao regime político por Continente, verifica-se uma enorme assimetria, em particular, ao nível do autoritarismo no Continente africano e asiático. Alguns fatores têm contribuído para um retrocesso na consolidação da democracia à escala global. O retrocesso na democracia global tem sido evidente há algum

tempo e tem-se fortalecido a partir da crise económica global de 2008-09. Entre 2006 e 2008 houve estagnação e entre 2008 e 2010 houve regressão em todo o mundo. Em 2011, a queda foi concentrada na Europa, com a confiança nas instituições políticas a diminuir em muitos países e a agitação social a representar uma ameaça para a democracia em outros países (*idem*, 2011: 2).

Mapa 6 – Liberdade Política em 2012



Fonte: Freedom House

Em 2012 verificaram-se alterações significativas em oito Estados, mantendo-se no entanto a tendência negativa verificada desde o ano de 2010, ou seja, resultados que ilustram uma ausência de consolidação das democracias.

Quadro 5 – Liberdade Política por Continente em 2012

Regime	Continente					Total
	África	América	Ásia	Europa	Oceânia	
Democracia	1	4	2	16	2	25
Democracia com Reservas	10	14	8	19	2	53
Híbrido	13	7	11	6	0	37
Autoritário	26	1	20	3	1	51
Sem Informação	5	8	4	4	9	30
Total	55	34	45	48	14	196

Visão Conclusiva

Segurança e estabilidade constituem fatores essenciais ao desenvolvimento político, económico, social e cultural dos Estados. A manutenção de uma segurança global enquanto instrumento potenciador das condições para o pleno desenvolvimento da economia, ou para o normal funcionamento das atividades económicas dos Estados, associada às condições políticas necessárias para a obtenção de índices dos indicadores do desenvolvimento sustentado, constitui um desígnio do Estado, competindo-lhe igualmente assegurar as condições para o funcionamento dos respetivos mercados.

É nesta ótica que, em termos de resultados, a existência de segurança e estabilidade fomentam altos níveis de desenvolvimento, conferindo ao próprio Estado prestígio e crédito internacional a nível político-diplomático para o desenvolvimento, sendo inequívoco que valores em torno da boa *governance*, das liberdades e da democracia constituem fatores vitais para a consolidação das matrizes do desenvolvimento.

Com o fim das referências à Guerra Fria, a nova ordem mundial tem sido objeto das mais variadas considerações e interpretações. O fim de um dos blocos conduziu a uma expectativa gorada, cujo paradigma significava o desaparecimento de conflitos. Assim, o fim da bipolaridade ideológica proporcionou condições para o surgimento de uma globalização assente em bases políticas e de mercados, acelerada por uma autêntica revolução tecnológica no domínio dos sistemas de informação, e simultaneamente evidenciou uma série de vulnerabilidades, ilustradas em disputas nacionalistas, religiosas e conflitos generalizados entre comunidades motivados pela afirmação de poder, quer este seja regional ou internacional, todas elas demonstrativas da frágil coesão do sistema vigente, antes contidas por guerra e influência de natureza ideológica.

No Continente africano e asiático, ainda não são visíveis as consequências da globalização, se bem que, neste caso em particular, se insira um problema multidimensional mais vasto, com manifesta impotência dos Continentes em descortinar as várias soluções a implementar, tendo em vista a prosperidade e o desenvolvimento económico num mundo mais interdependente (Leite, 2003), por não encontrarem ainda mecanismos e formas estáveis e Constituições nacionais equilibradas, sendo mormente agravadas estas vulnerabilidades pelas forças da globalização que lhes retiram a capacidade de organização, ou seja, os instrumentos conhecidos da estruturação nacional e coletiva (Barreto, 2002).

No seio das ameaças, riscos e desafios, várias ocasiões proporcionaram uma identificação numa visão prospetiva por parte de entidades, início de um despertar generalizado para a importância da segurança internacional, causas e respetivas consequências. Os atentados terroristas ocorridos ao longo da última década e a sucessão de conflitos generalizados a todos os Continentes alteraram profunda-

mente a agenda político-estratégica a nível internacional, evidenciaram os desafios no âmbito da defesa e segurança de uma forma global e deram expressão aos aspetos da ameaça e riscos, tornando-a difusa, multifacetada e multidimensional, em que os vários domínios da informação tornaram a Comunidade Internacional mais atenta à complexidade das variáveis dinâmicas em presença.

Mas se coordenadas como as anteriores (terrorismo, informação, mercados, etc.) são importantes na atual cosmovisão sociopolítica, não menos decisivas (antes pelo contrário) são hoje mesmo os indicadores de IDH, os conflitos e a liberdade dos Estados, entre outros. Mormente, porque privilegiam e evidenciam um tecido interno e profundo da realidade menos tangível em gráficos e percentagens, mas que subterraneamente emerge como potencial “nova realidade”. É este “fator surpresa” que escapa hoje ao analista político: a densidade e velocidade com que o mundo se transforma não cabe nos clássicos cânones da observação científica. E, quando esta o adverte reflexivamente, já essa (a realidade) se metamorfoseou de novo. Eis a extrema fragilidade da ainda-não-suficientemente-dinâmica ciência política contemporânea.

E, apesar das advertências e do caminho anunciado, o resultado que a Comunidade Internacional atingiu está longe de satisfazer: volvidos 4/5 do tempo em que a Comunidade se comprometeu a atingir determinadas metas decorrente da Cimeira do Milénio, a pobreza, a marginalização, a fome e a degradação das condições sociais de grande parte da população que habita o planeta mantêm-se, nomeadamente no continente africano, que até mereceu uma especial atenção por altura da Cimeira do Milénio.

A globalização conduziu de facto a uma oportunidade, na justa medida de proporcionar um conhecimento mais adequado às grandes questões internacionais e que preocupam a Humanidade ao longo do século. Possibilitar que a globalização venha a ser uma força positiva para todos os povos do mundo, uma vez que, se é certo que a globalização oferece grandes possibilidades, atualmente os seus benefícios, assim como os seus custos, são distribuídos de forma muito desigual, constitui um enorme desafio para os países em desenvolvimento e para os países com economias em transição (Annan, 2000b).

Respeitante às tensões em torno da globalização, no âmbito da economia mundial e do desenvolvimento, foram identificadas ao nível da expansão e regionalização da economia mundial, entre outras, as seguintes: a expansão da economia de mercado, economias emergentes, afirmação da zona Ásia/Pacífico, emergência de novas potências energéticas, criação de agrupamentos económicos regionais e alteração das relações de força entre as potências, motivadas por conceções diferentes da globalização (Ribeiro, 1998).

E nesta perspetiva, quanto maior for a ligação entre as economias, o comércio e a integração dos Estados, menor é a probabilidade de ocorrerem conflitos e situa-

ções de tensão com os seus vizinhos, face ao elevado custo proibitivo (Friedman, 2009); e para a solução dos conflitos, a instabilidade e a pobreza multidimensional evidenciada no continente africano, a União Africana, mediante um impulso de um modelo político de integração e cooperação alargada a outros domínios entre os seus Estados-membros, constitui um instrumento de esperança para a Comunidade Internacional.

O balanço a efetuar em 2015 por parte da ONU, poderá constituir ainda assim mais uma oportunidade para o relançamento dos grandes desígnios da vida humana alicerçada num prisma de paz, segurança, liberdade e dignidade humana. É neste quadro complexo, que a dimensão populacional dos Estados assume especial destaque, se articulados com uma política centrada no conhecimento e informação generalizada, perspectiva que a globalização materializa. Este efeito escala da dimensão populacional poderá ter resultado ao nível do desenvolvimento socioeconómico das sociedades. Talvez resida aqui o nó górdio de toda a fragilidade da ciência política e do seu objeto específico, tão frágil: as pessoas. Ou seja, até que ponto e com que meios estão hoje os Estados e Organizações preparados para lidar com as vidas individuais e os enormes desafios existenciais conquistados pelas democracias (e pelas não-democracias), pelas redes-sociais (e pela sua ausência), pela formação (ou pelo seu impedimento), pela ânsia da liberdade cívica, mesmo quando ela nem se esboça? Dilemas que o IDH revela, mas apenas em conjunto com outros indicadores que provavelmente teremos de reler melhor, apreciar profundamente em ordem a um futuro quase imprevisível (ou, pelo menos, muito intrigante).

A conjunção de fatores como a *governance*, a defesa das liberdades, a estabilidade, a segurança, a ausência de conflitos, o desenvolvimento humano, a boa prática ambiental e a gestão adequada dos recursos energéticos ou outros, constitui uma pedra angular impulsionadora para a afirmação de Estados e Organizações no século XXI, onde seguramente, o fator populacional constitui um elemento primordial enquadrado com a garantia da defesa dos Direitos Humanos com uma matriz universal.

Com a categorização de ameaças, riscos e desafios de âmbito transnacional anunciadas numa era global e face à sua dimensão, as soluções terão de ser globais num sentido de regular e alcançar consensos. Às alterações dos cenários políticos que ocorreram nas últimas décadas correspondem por parte das Organizações, soluções de acordo com as exigências e adaptações de forma a garantir a segurança internacional. Ao longo de décadas as OI adotaram as soluções possíveis, decisões caracterizadas por uma unanimidade objetiva, face às ameaças, riscos e desafios identificados.

Desenvolvem-se assim, como sublinha Celso Lafer, duas lógicas contraditórias e complementares: a da globalização e a da fragmentação. “A primeira, acelerada e sustentada pelas inovações científicas e tecnológicas, reduz os custos dos transportes e das comunicações, desagrega cadeias produtivas e descentraliza serviços,

dilui o significado das fronteiras geográficas e reduz a importância das relações protagonizadas pelos Estados, e a segunda, nas redes de interação governamentais e não-governamentais, públicas e privadas, que se tornaram cada vez mais complexas e são elas que passam a reger a estruturação e a dinâmica do sistema internacional, contribuindo para a percepção generalizada da existência de um défice de *governance* e de qualidade da democracia no mundo (2000).

Quanto aos atuais problemas da “Nova Ordem Internacional”, praticamente extensivos a todos os Continentes, sobressai no final do século o agravamento de assimetrias ao nível de indicadores políticos, económicos e sociais e a eventual falência estrutural de inúmeros Estados e que deram origem a um clima de conflitualidade, com uma percepção nítida de uma incapacidade por parte das OI e sub-regionais para a sua resolução, tal a dimensão do esforço necessário ao nível da prevenção e manutenção da paz e segurança.

A ONU e de acordo com sua Carta tem como missão fundamental a manutenção a paz, sendo que a sua transformação e modernização quadro conceptual da Organização são uma necessidade fundamental, devendo ajustar-se às ameaças e desafios identificados, e simultaneamente permanecer num equilíbrio favorável face às interações da globalização, nomeadamente com outros Estados e Organizações regionais.

Os desafios futuros são complexos e exigentes, centralizados em questões políticas, económico-financeiras, sociais, ambientais e de segurança global. É este contexto que se insere a definição e estudo de uma nova abordagem aos problemas mundiais, sendo primordial que se afirmem valores e metodologias comuns num reforço do diálogo político como um instrumento das decisões a nível político que carece de resposta.

De facto, o mundo mudou, e de forma espantosamente rápida. É vital para a continuidade de uma política estratégica de reconhecimento internacional, coerente e eficaz, uma aproximação no plano político-diplomático da ONU a OI e sub-regionais, tendo em consideração o seu potencial político e diplomático em zonas conturbadas do globo, e económico ao nível dos seus abastados recursos energéticos e de matérias-primas.

A Cimeira do Milénio realizada em 2000 teve como foco de atenção o desenvolvimento humano; desde então, o mundo adquiriu uma dinâmica acentuada, pouco clara em termos de cenarização em torno do desenvolvimento humano e sustentável, que certamente se justificaria com o algo patrocínio da ONU, que os desafios em torno da segurança global fossem devidamente analisados e ponderados, por forma a reconhecer a profunda alteração geopolítica a ocorrer no século XXI tendo como principais impulsionadores os países emergentes e respetivas populações, que fruto de uma globalização das várias redes se projetam de forma ascendente na Comunidade Internacional.

No contexto, outros atores globais começaram a perspetivar-se. Por um lado, a revitalização da Federação Russa e o crescimento da República Popular da China, sustentada por um rápido desenvolvimento económico, onde não podem ser ignorados os espaços de segurança que representam ou que compartilham. Ao não reconhecê-los como vitais para a segurança regional e internacional em amplos espaços, será incentivar a formulação de políticas que podem conduzir a uma desestabilização continuada em várias zonas do Globo, em particular na Ásia Oriental, Médio Oriente e continente africano ao nível de conflitos, conforme evidenciado anteriormente. Neste sentido, o reforço da cooperação já existente constitui um imperativo a contemplar numa estratégia de segurança e defesa à escala global, que se fundamenta igualmente por um processo político em torno de *governance* e da consolidação de democracias, que face a vulnerabilidades conjunturais, nomeadamente económico-financeiras, poderão entrar em rota de retrocesso ao nível dos valores.

Como se constata na abordagem efetuada, a dimensão dos riscos e desafios que a Comunidade Internacional enfrenta no século XXI foram objeto de identificação e de alerta. Reconhecer-se as vulnerabilidades transnacionais consubstanciadas em ameaças, desafios e riscos – terrorismo, proliferação de armas de destruição maciça, ciberataques, segurança energética, alterações climáticas e instabilidade oriunda de Estados falhados ou em colapso –, bem como admitir-se, modesta e seriamente, a fragilidade do conhecimento humano face às exigências de um futuro intrigante neste planeta de pessoas e cidadãos que a ciência política procurou modelizar mas que hoje a transcendem, constitui o primeiro passo para o pensamento e soluções das alterações e dinâmicas no domínio da segurança global que urge efetuar.

É neste quadro que se torna fundamental efetuar a avaliação dos resultados globais da Cimeira do Milénio, proporcionando à Comunidade Internacional uma nova oportunidade mediante o estabelecimento de novas metas a par da operacionalização de estratégias políticas centradas na manutenção da paz por via de um desenvolvimento social sustentado, em particular no Continente africano.

Portugal, ao honrar a sua tradição humanista na ordem internacional, contribui para a promoção do diálogo entre as nações, culturas e civilizações, a defesa dos direitos humanos, a promoção dos valores democráticos, o primado do direito internacional e a promoção da paz e da segurança internacional, no respeito pela Carta das Nações Unidas enquadrada na conceção estratégica do seu espaço de afirmação no plano internacional. Neste contexto, impõe-se um contributo de Portugal em matérias relacionadas com a conflitualidade, instabilidade e o desenvolvimento sustentado. O país não deve dispensar uma abordagem valorativa do espírito humanista e a defesa dos Direitos da Vida Humana, da defesa das múltiplas liberdades e dos regimes democráticos, o que certamente contribuirá para

a consolidação do seu espaço de afirmação internacional e para o justo respeito e reconhecimento da Comunidade Internacional.

Como referiu Jacques Chirac, o desafio mais exigente para a Comunidade Internacional no século XXI é “o aprender com os erros do passado”, na gestão de desafios e riscos previamente identificados e anunciados, que se repetem.

Referências

- Annan, Kofi (2000a). *Prevenção de Conflitos*. New York: United Nations Publications. [online] Disponível em http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/material_pedagogico/Conflitos.pdf.
- Annan, Kofi (2000b). *Declaração do Milénio*. [online] Disponível em <http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>.
- Barreto, António (2002). *Cidadania e Novos Poderes numa Sociedade Global*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Publicações Dom Quixote.
- Couto, Abel Cabral (1998). *Elementos de Estratégia*. Lisboa: IAEM.
- Dougherty, James e Robert Pfaltzgraff (2003). *Relações Internacionais: As Teorias em Confronto*. Lisboa: Gradiva.
- EIU (2012). “Democracy at Standstil: a Report from the Economist Intelligence Unit”. *The Economist*.
- EIU (2011). “Democracy under Stress: a Report from the Economist Intelligence Unit”. *The Economist*.
- EIU (2010). “Democracy at Retreat: a Report from the Economist Intelligence Unit”. *The Economist*.
- Friedman, Thomas (2009). *O Mundo é Plano*. Lisboa: Conjuntura Atual Editora.
- IIK (2013). *Conflict Barometer 2012*. Heidelberg: University of Heidelberg.
- IIK (2012). *Conflict Barometer 2011*. Heidelberg: University of Heidelberg.
- IIK (2010). *Conflict Barometer 2010*. Heidelberg: University of Heidelberg.
- IIK (2009). *Conflict Barometer 2009*. Heidelberg: University of Heidelberg.
- IIK (2008). *Conflict Barometer 2008*. Heidelberg: University of Heidelberg.
- IIK (2007). *Conflict Barometer 2007*. Heidelberg: University of Heidelberg.
- Janes’s Defence Weekly (1999). *The Challenges to Global Security*. London: Janes’s Defence Weekly.

- Lafer, Celso (2000). *O Cenário Mundial e o Relacionamento União Europeia-Mercosul*. Fórum Euro-Latino Americano.
- Leite, António (2003). *Globalização, Desenvolvimento e Equidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Publicações Dom Quixote.
- Moreira, Adriano (1999). *Estudos da Conjuntura Internacional*. Lisboa: Edições Dom Quixote.
- Moreira, Adriano (1997). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina.
- Nye, Joseph (2012). *O Futuro do Poder*. Lisboa: Círculo dos Leitores.
- Nye, Joseph (2002). *Compreender os Conflitos Internacionais*. Lisboa: Edições Gradiva.
- PNUD (2013). *A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado*. Lisboa: Camões-Instituto da Cooperação e da Língua.
- PNUD (2012). *Africa Human Development Report 2012: Towards a Food Secure Future*. New York: United Nations Publications.
- PNUD (2003). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2003. Objetivos de Desenvolvimento do Milénio: Um Pacto entre Nações para Eliminar a Pobreza Humana*. Lisboa: Mensagem.
- PNUD (2002). *Informe sobre Desarrollo Humano 2002: Profundizar la Democracia en un Mundo Fragmentado*. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.
- Quivy, Raymond (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Edições Gradiva.
- Ribeiro, José Manuel Félix (1998). “Globalização Económica e Fragmentação Geopolítica – A Caminho de um Mundo de Equilíbrios Instáveis e Temporários?”. *Nação e Defesa*, n.º 87, pp. 159-176. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Sachetti, António (1995). *Segurança Europeia (1989-1995)*. Lisboa: ISCSP.
- Saraiva, Maria Francisca (2001). *Governance: Um Caminho para a Segurança Cooperativa*. Lisboa: ISCSP.
- Sidiropoulos, Elizabeth (2001). *A Continent Apart: Kosovo, Africa and Humanitarian Intervention*. The South African Institute of International Affairs-SAIIA.
- Telo, António (2008). “Um Mundo que Mudou”. *Nação e Defesa*, n.º 120, pp. 9-26. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- The Fund for Peace (2012). *Failed States Index Scores 2012*.
- UN (2012). *United Nations Peacekeeping Operations*. United Nations. [online] Disponível em <http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/bnote010101.pdf>.
- UNDP (2011). *Sustainability and Equity: A Better Future for All*. United Nations Development Programme. [online] Disponível em http://www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/HDR/2011%20Global%20HDR/English/HDR_2011_EN_Complete.pdf.

UNRIC (2004). *Um Mundo mais Seguro: a Nossa Responsabilidade Comum*. [online] Disponível em http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/panelreport_summary.html.

WEF (2013). *Global Risks 2013: an Initiative of the Risk Response Network*. World Economic Forum. [online] Disponível em http://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalRisks_Report_2013.pdf.

WEF (2012). *Global Risks 2012: an Initiative of the Risk Response Network*. World Economic Forum. [online] Disponível em http://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalRisks_Report_2012.pdf.

WEF (2011). *Global Risks 2011: an Initiative of the Risk Response Network*. World Economic Forum. [online] Disponível em <http://riskreport.weforum.org/global-risks2011.pdf>.

WEF (2010). *Global Risks 2010: A Global Risk Network Report*. World Economic Forum. [online] Disponível em http://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalRisks_Report_2010.pdf